



# REDACTOR

Fundado em 10 Fevereiro de 1997

Ano XXVI • Nº6707 • Terça-feira 05/12/2023

Editor: **Refinaldo Chilengue**

redacao@redactormz.com / editor@redactormz.com

www.redactormz.com facebook.com/redactormz




**SEMPRE CONECTADO PLUS 1200MT**

**CHAMADAS ILIMITADAS TODAS REDES**

**+ SMS ILIMITADAS**

**+ 45 GB**

VÁLIDO POR 30 DIAS

ACTIVA JÁ \*171# OU \*214# (DUO)

**tmcel** estamos juntos

Termos e Condições Aplicáveis

# O IMPACTO DA GUERRA ENTRE ISRAEL E HAMAS NA ECONOMIA MOÇAMBICANA

O Banco de Moçambique (BdM) admite impactos económicos e subida da inflação face ao actual conflito no Médio Oriente, área que representa 12% do total do comércio internacional...

PÁG 2

Jamais se considere informado se apenas leu manchetes. Cultive o hábito de leitura e seja pessoa informada!



## ECONOMIA

Despesas do Estado aumentam 15% em 2024

PÁG 3

## NEGÓCIOS

Profissionalizar e capitalizar microfinanceiras

PÁG 4

## OPINIÃO

Não estamos preparados para um verdadeiro jogo democrático - M. Mahumane

PÁG 6

**SUBSCREVA**

JORNAL **REDACTOR**

[correiodamanha@tcabo.co.mz](mailto:correiodamanha@tcabo.co.mz)

**CONTACTOS**

+250848407007

+250843085360

+250841404040

# O IMPACTO DA GUERRA ENTRE ISRAEL E HAMAS NA ECONOMIA MOÇAMBICANA

DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO PAÍS COM AQUELA REGIÃO, PODE-SE DEDUZIR QUE A MAGNITUDE DOS EFEITOS DESTA CRISE PARA A ECONOMIA MOÇAMBICANA DEPENDERÁ DO GRAU DO ALASTRAMENTO DO CONFLITO, PODENDO-SE ANTEVER DOIS PRINCIPAIS CENÁRIOS - RELATÓRIO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPECTIVAS DE INFLAÇÃO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

O Banco de Moçambique (BdM) admite impactos económicos e subida da inflação face ao actual conflito no Médio Oriente, área que representa 12% do total do comércio internacional moçambicano, essencialmente ao nível das importações.

No relatório da Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação, concluído este mês pelo Banco de Moçambique, é referido que a exposição económica do país ao Médio Oriente "é mais significativa do lado das importações", que representa 19,8% do total, enquanto as exportações têm um peso de 3,2%.

Nas importações, os combustíveis são o produto mais exposto por Moçambique, já que 74% do abastecimento é garantido através do Médio Oriente, mas também ao nível dos adubos e cimento, "cujas importações oriundas daquela região representam cerca de metade do total das importações destas mercadorias".

"No entanto, para o caso do adubo, o potencial efeito da crise geopolítica no Médio Oriente pode ser parcialmente amortecido pela produção doméstica, visto que Moçambique exporta volumes de adubos equivalentes a 1,4 vezes o volume de importações provenientes do Médio Oriente", sublinha o Banco de Moçambique.

Já do lado das exportações, "a maior exposição reside nos fios de alumínio", mas o banco central refere que o Médio Oriente "não é um



dos principais mercados de exportação das mercadorias do país e, portanto, a cri-

**O BDM PERSPECTIVA QUE O ESCOAMENTO DE MERCADORIAS PELO ESTREITO DE ORMUZ PODERÁ CONTINUAR A OCORRER COM ALGUNS CONSTRANGIMENTOS, LEVANDO A UM AUMENTO DOS CUSTOS DE TRANSACÇÃO, PODENDO-SE POR ESTA VIA GERAR UMA PRESSÃO INFLACIONÁRIA DA QUAL MOÇAMBIQUE NÃO ESTARIA ISENTO, DEVIDO AO CONSIDERÁVEL VOLUME DE COMBUSTÍVEIS QUE O PAÍS IMPORTA DAQUELA REGIÃO E ATENDENDO AO SEU EXPRESSIVO PESO"**

se geopolítica nesta região tem um potencial impacto directo diminuto nas receitas de exportação".

"Da análise das relações comerciais do país com aquela região, pode-se deduzir que a magnitude dos efeitos desta crise para a economia moçambicana dependerá do grau do alastramento do conflito, podendo-se antever dois principais cenários", assume o Banco de Moçambique no relatório.

Em caso de manutenção do conflito entre Israel e o Hamas, na Faixa de Gaza, "circunscrito apenas aos actuais actores envolvidos", o banco central moçambicano perspectiva que o "escoamento de mercadorias pelo Estreito de Ormuz poderá continuar a ocorrer com alguns constrangimentos", levando a "um aumento dos custos de transacção, podendo-se por esta via gerar uma pressão inflacionária da qual Moçambique não estaria isento, devido ao considerável volume de combustíveis que o país importa daquela região e atendendo ao seu expressivo peso".

Em caso de "alastramento do conflito, particularmente

com a participação directa do Irão", isso levaria ao "encerramento do Estreito de Ormuz" e "haveria menor disponibilidade de combustíveis, podendo-se gerar uma subida dos preços desta mercadoria no mercado internacional, em resultado do aumento do custo de frete".

"Assim, os custos de importação, para Moçambique, seriam altíssimos, resultando em maior pressão inflacionária doméstica. Há que considerar, também, os potenciais efeitos indirectos que advêm do uso de combustíveis como matéria-prima em todos os sectores de actividade, com destaque para os transportes", lê-se.

A 7 de Outubro, combatentes do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) – desde 2007 no poder na Faixa de Gaza e classificado como organização terrorista pelos Estados Unidos, a União Europeia e Israel – realizaram em território israelita um ataque de proporções sem precedentes desde a criação do Estado de Israel, em 1948, fazendo mais de 1200 mortos, na maioria civis, cinco mil feridos e cerca de 240 reféns.

Em retaliação, Israel declarou uma guerra para "erradicar" o Hamas, que começou por cortes ao abastecimento de comida, água, electricidade e combustível na Faixa de Gaza e bombardeamentos diários, seguidos de uma ofensiva terrestre.

# DESPESAS DO ESTADO AUMENTAM 15% EM 2024

As despesas do Estado moçambicano vão aumentar 15% no próximo ano, para mais de 542.695 milhões de meticais, segunda a proposta orçamental para 2024 que o parlamento vai discutir e votar esta semana.

De acordo com documentos de suporte à proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2024 essa despesa total orçamentada corresponde a 35,3% do Produto Interno Bruto (PIB) esperado para o próximo ano.

No mesmo documento, o Governo recorda que as despesas do Estado para este ano foram orçamentadas em 472.122 milhões de meticais, correspondente a 35,8% do PIB moçambicano esperado em 2023.

Segundo a proposta orçamental para o próximo ano, que tem discussão e votação no parlamento em 06 e 07 de Dezembro e os votos favoráveis do partido Frelimo garantidos, a maior fatia da despesa vai para a rubrica de salários e remunerações, que

cresce para 191.747 milhões de meticais, equivalente a 12,5% do PIB, enquanto os encargos com a dívida aumentam para 54.183 milhões de meticais, 3,5% do PIB.

Já as despesas de investimento aumentam para 137.297 milhões de meticais (1.974 milhões de euros) em 2024, equivalente a 8,9% do PIB.

O Governo moçambicano estima receitas do Estado de mais de 383.537 milhões de meticais em 2024, equivalente a 25% do PIB, o que representará um défice de mais de 159.488 milhões de meticais, correspondente a 10,4% do PIB.

O PIB moçambicano deverá crescer para 1,536 biliões de meticais em 2024, o que corresponde a um crescimento económico esperado de 5,5%.

Para a materialização dos objetivos, o Governo afirma que a proposta do PESOE 2024 "tem como base o aumento e melhoria do acesso na provisão de serviços básicos a população".

"Pautando pela priorização da alocação de recursos nos setores económicos e sociais, privilegiando o desenvolvimento do capital humano e proteção das camadas vulneráveis, bem como a orientação de recursos para a realização de investimentos em programas com potencial para geração de rendimento, criação de emprego e acumulação de capital", lê-se.

Adicionalmente, o Governo "prosseguirá com a implementação de reformas no âmbito do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), com perspectivas de sustentação do ritmo do crescimento económico, melhoria do ambiente de

negócios e fortalecimento do quadro de transparência, boa governação e combate à corrupção".

"Nesta vertente, as principais acções de reformas, estarão centradas na criação de incentivos fiscais para a promoção de crescimento, desburocratização e simplificação de procedimentos, atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), combate ao branqueamento de capitais e aumento de eficiência e eficácia das instituições do Estado", acrescenta. Para "manter o ritmo de consolidação fiscal e a melhoria dos parâmetros de sustenta-

bilidade da dívida pública no médio prazo", o PESOE 2024 "mantém o curso restritivo da política orçamental", com "uma redução do nível de despesa total em percentagem do PIB de cerca de 0,5 pontos percentuais".

"A melhoria da sustentabilidade fiscal a médio prazo criará condições para salvaguardar a estabilidade macroeconómica e a gradual criação de espaço fiscal para o aumento do investimento público e a capacidade de a economia amortecer os choques externos", concluiu o Governo, no documento.

REDACTOR



**AS UNIÕES  
PREMATURAS  
E A VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA  
CONSTITUEM UM  
MAL QUE DEVE SER  
COMBATIDO POR TODOS,  
ATRAVÉS DA  
SENSIBILIZAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS, LIDERANÇAS  
RELIGIOSAS E  
COMUNITÁRIAS  
E DAS AUTORIDADES  
LOCAIS**

PREVISÃO DE TEMPO					FONTE CANAL DO TEMPO
TERÇA 05 Dezembro	QUARTA 06 Dezembro	QUINTA 07 Dezembro	SEXTA 08 Dezembro	SÁBADO 09 Dezembro	
30° 22°	25° 21°	26° 22°	30° 22°	31° 22°	

# PROFISSIONALIZAR E CAPITALIZAR MICROFINANCEIRAS



"Profissionalizar, modernizar e capitalizar as instituições microfinanceiras são actividades indispensáveis para se criar um sistema financeiro mais inclusivo. Promover e realizar estas actividades são as linhas-mestras do nosso plano de acção para o novo mandato" - declarou o economista **António Souto**, reeleito no dia 30 de Novembro último, em assembleia geral da Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF), para mais um mandato à frente da direcção desta agremiação socio-económica.

O relatório de actividades realizadas destacou a (i) continuidade do programa de subvenções aos membros para a instalação de software de gestão de carteiras financeiras, (ii) realização de programas de treinamento em matérias de manuseamento de ferramentas de gestão a membros das províncias de Zambézia, Sofala e Inhambane; (iii) com base na informação recolhida num inquérito de pesquisa das necessidades de forma-

ção dos membros, a AMOMIF iniciou a realização de vários cursos de gestão de crédito para as instituições de microfinanças, tendo o primeiro sido realizado em Maputo e outros de forma virtual, abrangendo participantes de quase todas as províncias do país.

Além destas actividades de âmbito interno, a direcção da AMOMIF tem desenvolvido uma intensa actividade de advocacia e "lobby" com vista a reforçar o potencial das microfinanças na melhoria da inclusão financeira. Neste âmbito, a associação está a participar no comité directivo de vários projectos focados na promoção de serviços financeiros a empresas rurais, bem como na assistência a actividades de formalização da economia, por via da educação financeira.

Das preocupações expressas pelas instituições microfinanceiras e relativamente às quais a direcção da associação deverá priorizar, nos próximos quatro anos do seu novo mandato, destaca-se a

necessidade de um melhor enquadramento legal dos diferentes tipos de operadores por parte do regulador. Outra prioridade é a necessidade de se implementar um fundo de refinanciamento estruturado em moldes que permita a estas instituições conceder créditos e assistência aos clientes no sector de microempresas, assegurando o seu crescimento e sustentabilidade.

O plano de actividades para 2024 apresentado pela nova direcção prioriza actividades como i) disseminação de melhores práticas para que a organização e seus membros alcancem padrões de desempenho cada vez mais elevados; ii) incentivos de apoio à implementação de ferramentas de gestão e uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis; iii) apoio aos operadores de microfinanças para se adequarem ao novo quadro regulatório estabelecido pela autoridade reguladora; (iv) fóruns regionais de microfinanças com vista a identificar e implementar serviços com impacto na inclusão financeira e, em particular, no empoderamento da mulher; (v) reforço da capacidade de gestão das instituições com particular enfoque na melhoria da sua resiliência face a choques económicos e financeiros conjunturais; (vi) actividades de advocacia envolvendo assistência jurídico-regulatória para a

implementação dos normativos da autoridade reguladora, assim como a divulgação de informação de apoio à implementação da estratégia governamental de inclusão financeira e finanças rurais.

Face aos desafios acrescidos assumidos pela associação, a nova direcção eleita foi reforçada, contando agora com uma vice-presidente, **Isabel Lubrino**, e quatro vogais: **Bernardo Tembe**, **Enoque Changamo**, **Virgínia Maquechemo** e **Sérgio Macamo**.

Em apoio a estas actividades, a AMOMIF, em parceria com a Gapi-Sociedade de Investimentos, vai participar numa plataforma de comunicação focada no tema "**Finanças para o Desenvolvimento**", cujo lançamento está previsto para o dia 13 de Dezembro próximo.

No passado recente, bem como para a implementação das actividades previstas no plano de 2024, esta agremiação tem recebido assistência financeira do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD) através do projecto REFP.

No encerramento da assembleia geral, a direcção da associação saudou este apoio. Esta foi a segunda assembleia geral da AMOMIF no corrente ano e contou com a participação em presença física ou virtual de um total de 30 membros dos 56 inscritos na associação.

REDACTOR

## Ficha técnica

Primeiro jornal ilustrado transmitido por FAX e E-mail, de 2ª a 6ª-feira. Propriedade da SOJORNAL Sociedade Jornalística, Rua das Dálias, N° 49, 2º Andar, Flat Seis, Maputo Moçambique - C.P. 1756 Website: [www.redactormz.com](http://www.redactormz.com) E-Mail: [correiodamanha@tv-cabo.co.mz](mailto:correiodamanha@tv-cabo.co.mz) / [redacao@redactormz.com](mailto:redacao@redactormz.com) / [editor@redactormz.com](mailto:editor@redactormz.com) Móvel: 82/84/873085360/841404040

Os artigos de opinião inseridos nesta edição são da inteira responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem necessariamente o ponto de vista nem a linha editorial deste jornal.

# BOB JAMES SUPEROU EXPECTATIVAS NO STANDARD BANK ACÁCIA JAZZ FESTIVAL



O tecladista e produtor musical norte-americano **Bob James** superou a expectativa do público amante do jazz ao protagonizar uma actuação impactante e arrasadora na quinta edição do *Standard Bank Acácia Jazz Festival*, ocorrida, na primeira noite de deste Dezembro, em Maputo. Integrado numa banda constituída por mais três músicos, nomeadamente o saxofonista **Dave McMurray**, o baixista canadiano **Michael Palazzolo** e o jovem baterista **James Adkins**, Bob James apresentou canções do novo álbum que foi nomeado para um *Grammy*, incluindo alguns temas do álbum intitulado *Jazz Hands*, numa soberba actuação.

Para a alegria do público, a figura-de-cartaz da quinta edição do *Standard Bank Acácia Jazz Festival* incluiu, no seu repertório, a composição Maputo, levando as emoções da plateia ao rubro. Trata-se de um tema de sucesso de **Marcus Miller**, cuja composição foi inspirada na capital moçambicana. No final, quando Bob James retirava-se do palco, o público pediu e ele voltou, proporcionando mais uma das suas electrizantes músicas. De seguida, coube a vez ao guitarrista **Jimmy Dlodlu** assumir as rédeas no majestoso salão multiuso do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano. O gui-

tarrista interagiu de forma deslumbrante com o público bastante participativo.

A interacção conheceu os momentos mais impressionantes quando Jimmy abandonava o palco para se juntar à plateia, como tem sido hábito nas suas actuações.

Mas foi a jovem cantora **Onésia Muholove** a quem recaiu a responsabilidade de abrir o concerto e não decepcionou, embalando o público com a sua frequência vocal única.

A jovem promessa do jazz moçambicano esmerou-se, arancando, com isso, por diversas vezes, aplausos da plateia, com a sua excelente colocação de voz, numa noite que passou para a história cultural da capital.

Na ocasião, o administrador delegado do Standard Bank, **Bernardo Aparício**, considerou que o evento constitui uma oportunidade fantástica para juntar os músicos do jazz moçambicano e os melhores do jazz mundial.

"Hoje tivemos a **Onésia** e o **Jimmy**. O **Bob James** já ganhou dois *Grammys*, três nomeações e tocou nas melhores casas de jazz do mundo. Vale a pena organizar este

tipo de eventos. O público aderiu. Este público conhece o jazz e aprecia a música. Isto motiva-nos a continuar a apoiar a cultura e a trazer mais músicos de renome internacional", enfatizou.

Abordado momentos após assistir ao festival, **Brequis Tete** disse que a presente edição foi bem organizada e iniciou à hora marcada: "A entrada das pessoas foi ordeira e o espectáculo em si foi fantástico. A actuação de **Bob James**, apesar de já possuir uma idade avançada, foi muito boa, digna de realce e já esperava isso dele. Depois de o seu grupo interpretar a música 'Maputo' ia-se retirar, mas acabámos por apelar para que continuasse e ele assim o fez", indicou.

Para a espectadora **Rute Machaieie**, o *Standard Bank Acácia Jazz Festival* é uma iniciativa boa e prima pela sua impecável organização: "Gostei do ambiente. Pude encontrar-me com algumas pessoas que não via há muito tempo. Adorei a actuação do **Bob James**, mas confesso que foi para ver **Jimmy Dlodlu** que eu cá vim", concluiu.

REDACTOR

## FRASE

A justiça não consiste em ser neutro entre o certo e o errado, mas em descobrir o certo e sustentá-lo, onde quer que ele se encontre, contra o errado  
- Theodore Roosevelt



"Assisto às minhas novelas e ainda tenho conteúdos infantis didáticos. Não me falta diversão."  
- Kelly Rombe, 26 anos  
Cliente DStv há 15 anos.

**Tudo para todos.**  
**AONDE? Só na DStv.**

Mantém-te ligado à DStv, e desfruta de momentos felizes para toda a família, com programas variados e pacotes para todos os bolsos e gostos.

**DStv**  
Moçambique

WHATSAPP 55 378 8000

21 411 222 - 93788





USSD \*788#






NUNCA É TARDE!

mmahumane@gmail.com

## NÃO ESTAMOS PREPARADOS PARA UM VERDADEIRO JOGO DEMOCRÁTICO

Um debate nacional sobre qualquer que seja o tema é sempre bem-vindo por ser a melhor forma de avaliação das dinâmicas dos processos de desenvolvimento do país e, quanto mais intenso for, melhor é.

No caso vertente, o debate gira em volta das Eleições Autárquicas 2023, da organização do recenseamento à proclamação de resultados. Já me referi nas edições anteriores que se partiu para este processo sem previsão de vencedores antecipados, a julgar pela euforia que os principais concorrentes apresentavam, com o partido no poder a pretender "resgatar" os municípios fora da sua governação, para além de consolidar a hegemonia nos restantes.

O slogan *A vitória prepara-se, a vitória organiza-se* é muito forte, pois o seu alcance é muito vasto. O facto é que o partido se preparou e se organizou e partiu para o escrutínio com tudo preparado e organizado para alcançar os seus objectivos.

Os adversários também se prepararam forte para contrariar o principal adversário apostando numa estratégia de *Marketing* de Comunicação recorrendo à combinação de multimeios, com destaque para as redes sociais.

Chegada a vez da eleição propriamente dita, o povo foi às urnas e aproveitou o momento para ajuste de contas através do voto de vingança, que viria contraria as sondagens sobre a vitória deste ou daquele concorrente.

Já se falou tanto dos ilícitos eleitorais que fizeram parte do jogo e aqui entraram a jogar outros actores compli-

cando a tarefa dos que fariam o apuramento final e proclamação dos resultados.

Nesta fase também já se relataram as fragilidades demonstradas pelas equipas multisectoriais para trazer a verdade eleitoral e, de falha em falha, o processo foi subindo até que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) anunciou apressadamente os resultados sem ter exercido cabalmente o seu papel previsto na Lei, passando a bola para o lado do Conselho Constitucional (CC).

Ao proceder assim, a CNE colocou uma casca de banana para o CC que, na busca do equilíbrio, foi cometendo algumas *gafes* que culminaram com o acórdão final amplamente contestado por todo o lado.

A actuação dos magistrados do CC na produção do acórdão colocou à superfície a falta de aprofundamento das leis e atribuições por parte de algumas instituições de soberania, bem como o conluio da equipa para chancelar seja o que for.

**A ACTUAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO CC NA PRODUÇÃO DO ACÓRDÃO, COLOCOU À SUPERFÍCIE A FALTA DE APROFUNDAMENTO DAS LEIS E ATRIBUIÇÕES POR PARTE DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE SOBERANIA, BEM COMO O CONLUIO DA EQUIPA PARA CHANCELAR SEJA O QUE FOR**

A reacção dos concorrentes derrotados através de manifestações e protestos de várias naturezas, incluindo processos jurídicos contra entidades oficiais, vem aumentar o debate nacional, mas com a sensação de que os órgãos não estiveram bem neste processo, as suas decisões são suspeitas de vícios e tendências, pois se contradizem...

Os órgãos, usando as suas competências, pouco se esforçaram para ir ao fundo da Lei e/ou imaginarem sobre as consequências das decisões tomadas.

O debate ainda vai continuar, pois há elementos em curso cujo tratamento também requererá um exercício para a correcta interpretação da Lei. Este debate nacional, parecendo que não, representa um aprendizado para todos aqueles que, apesar da instrução que possuem, não imaginavam que a lei tivesse outros contornos para a sua interpretação e aplicação, Penso que ganhámos todos porque nos próximos pleitos eleitorais cada um tentará dar o melhor de si. Estaremos mais preparados para acompanhar todas as fases e os que têm a missão de proclamar os resultados, fá-lo-ão com maior cuidado possível.

### Recomendação

1. Não sei o que a lei prevê sobre a suspensão de mandatos, mas, caso fosse possível, em algumas instituições de gestão eleitoral, antes dos próximos pleitos eleitorais, devia-se suspender alguns mandatos de alguns integrantes ou persuadidos a pedir renúncia dos cargos que ocupam para resgatar a imagem institucional e devolver a confiança dos eleitores nos órgãos.

2. Urge contratar uma empresa especializada em *logística de Produção e Manuseamento dos Quites com Material eleitoral antes e depois da votação*. O Se-

cretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e o CNE devem ocupar-se com a parte técnica que se resume em criar o *design* do material e plano de distribuição e execução do processo. As falhas que ocorrerem no processo de transporte do material, o STAE deve responsabilizar a empresa de logística.

2.1. Deve criar-se arquivos de material eleitoral que asseguram o armazenamento do material de votação usado na eleição, por forma a ser localizado em tempo útil em caso de necessidade,

2.2. O material em arquivo deverá ser incinerado dentro de um período fixado por lei, fechando o *dossier* da eleição.

3. A CNE deve ser notificada a explicar-se publicamente face ao anúncio de resultados errados que vieram a ser corrigidos pelo CC, antes de organizar qualquer novo pleito eleitoral, incluindo a repetição do dia 10.

4. As recomendações que acompanham o acórdão não deviam ser depois da consumação do acto, num exercício colegial, para o interesse da sua actuação, devia-se ter preparado melhor, estudando as leis e alertando a quem de direito sobre a existência de conflitos de interesse entre as competências das atribuições de A e/ ou B por forma a propiciar um alinhamento de posições antes de o jogo começar.

5. Compatriotas, dói ver as nossas instituições fragilizadas desta forma, por falta de rigor na gestão eleitoral, mas este debate mostra que já estamos a entender o jogo democrático e temos interesse nele. Vamos acreditar nas instituições e pressionar sempre que possível para que as mesmas actuem 100% dentro das suas competências, pautando por uma isenção a qualquer tipo de pressão.

MESSIAS MAHUMANE